



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS
GABINETE

PORTARIA Nº 594 /2.006-GAB.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no inciso I do Art. 26 da Constituição Federal, do Art. 43 do Decreto nº 24.643, de 10 de junho de 1.934, do item "6" alínea "m", inciso III Art. 4º do Cap. III da Lei Estadual nº 12.603, de 07 de abril de 1.995, do Cap. II, Art. 10, da Lei Estadual nº 13.123, de 16 de julho de 1.997 e do que consta o Processo nº **28081439/2006 - 10.006**

RESOLVE:

Art. 1º - Fica outorgado a **MALY BORGES DE FREITAS**, solteira, agropecuarista, inscrita no CPF sob o nº **560.829.406-87**, RG nº **M-3.638.477 SSP/MG**, por **06 (seis) anos** o uso das águas do **Córrego da Ronda**, no trecho localizado na **Fazenda Sete Lagoas, lugar denominado Fazenda "São Benedito da Ronda"**, no município de **Gouvelândia**, Estado de Goiás, para derivação durante **1.800 (mil e oitocentas) horas por ano** de até **33,33 l/s (trinta e três vírgula trinta e três litros por segundo)**, para irrigação pelo sistema de aspersão convencional tipo **"Autopropelido"**, com área de **389,53 ha**.

Parágrafo Único – Todas as obras, projetos, estudos hidrológicos e **construção de elemento de descarga de fundo, através de tubo metálico de 300 mm na lateral do aterro**, desta concessão deverão ser executadas, no prazo de **01 (um) mês, a partir desta data**, para consolidação deste ato, sob pena de revogação, conforme previsto no processo acima mencionado.

Art. 2º - Atingindo nos períodos de estiagem, vazão insuficiente para garantir o fluxo compatível com outros usos, fica o outorgado obrigado a reduzir a captação de forma a garantir uma vazão mínima, determinada pela **SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HÍDRICOS**.

Art. 3º - A outorga prevista no caput do Art. 1º teve por estudo a Caracterização Hídrica realizada pelo ENGENHEIRO CIVIL **CLEOCI ANTÔNIO DE FARIA, CREA-GO nº 5239/D**, o qual torna-se **Responsável Técnico**, perante o Governo do Estado de Goiás.

Art. 4º - Para a proteção do manancial, fica o outorgado obrigado à:

- I. Utilizar técnicas adequadas no manejo e conservação dos solos;
- II. Manter a classe do manancial, conforme Resolução nº 20, de 18 de junho de 1.986 do CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – CONAMA;
- III. Recompôr e preservar as matas ciliares, conforme previsto em Lei nº 12.596, de 14 de março de 1995, que institui a Política Florestal do Estado de Goiás e dá outras providências;
- IV. A captação será realizada em uma barragem já construída (P. 10.514), com um volume útil mínimo de **56.309,59 m³ (cinquenta e seis mil, trezentos e nove vírgula cinquenta e nove metros cúbicos)**, suficiente para atender a demanda hídrica do projeto e a manter regularizada a vazão do **Córrego da Ronda**;
- V. Deverá ser construída a descarga de fundo da barragem, **num prazo máximo de 01(um) mês**, conforme projeto construtivo e cronograma apresentados, para manter a vazão mínima regularizada no período de estiagem.

Art. 5º - O outorgado responderá criminalmente pelo não cumprimento das condições impostas nesta Portaria.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

CUM PRA - S E.

RECURSOS HÍDRICOS, em Goiânia, aos **21** dias do mês de **agosto** de 2.006.


HARLEN INÁCIO DOS SANTOS
Superintendente de Recursos Hídricos


JOSÉ DE PAULA MORAES FILHO
Secretário